

Paleoetnologia do Centro e Sul de Portugal

Teresa Júdice Gamito*

ABSTRACT

The formation of the peninsular peoples was examined by Bosch Gimpera in his work on the Palaeethnology of the Iberian Peninsula (1974). Other authors such as Mendes Correa (1933), Caro Baroja (1946), Maluquer de Motes (1954) have also examined this aspect of peninsular Protohistory, reflecting the research of their time.

A re-examination of the subject demands a collective reassessment. In the indigenous culture of central and southern Portugal, attention must be paid to the variables associated with this vast region: classical authors, linguistic and archaeological evidence and ideological and religious aspects. It is also necessary to consider the lacunae and inaccuracies of the classical sources with regard to the peoples of the peninsular and their territories, since they were written without great detail and only fragments have survived. On the other hand, the limitations of archaeological research itself must be evaluated because the amount of information varies according to the areas studied.

RESUMO

A formação dos povos peninsulares foram já objecto da reflexão de Bosch Gimpera e publicados na Paletoetnologia de la Península Ibérica (1974). Outros autores também se debruçaram sobre este aspecto da Proto-História peninsular como Mendes Correa (1933), Caro Baroja (1946), Maluquer de Motes (1954), reflectindo uma das grandes preocupações dos investigadores da época. Foi-me pedido que focasse especialmente o sub-estrato cultural do centro e sul de Portugal, o que tentarei fazer dando especial atenção às diferentes variáveis relacionadas e interligadas nesta vasta região: os relatos dos autores clássicos, a evidência linguística e arqueológica, os aspectos ideológicos e religiosos. No entanto, há que considerar as lacunas e imprecisões dos relatos dos autores clássicos sobre os povos peninsulares e os seus territórios, que, embora abundantes, não foram escritos para nos transmitirem maiores detalhes, e também porque chegaram até nós fragmentados. Por outro lado, as limitações que a própria investigação arqueológica necessariamente apresenta, quer pela desigualdade das zonas estudadas, quer pela própria distribuição da evidência arqueológica, são as principais dificuldades, que surgem neste tipo de trabalho.

1. INTRODUÇÃO

O primeiro milénio antes de Cristo constituiu, em todo o mundo ocidental, um período de evolução sócio-cultural sem precedentes apresentando, simultaneamente, o desenvolvimento de uma economia de mercado que a pouco e pouco se foi generalizando. Nele se detectam as grandes linhas de evolução e mudança que irão caracterizar a Europa, e em especial a Península Ibérica, nos tempos que se lhe seguiram.

Enquanto o final da Idade do Bronze apresenta ainda um carácter predominantemente Atlântico, e uma evolução lenta e compassada dos povos europeus, as grandes mudanças começam a surgir a partir de 850 a. C. aproximadamente (data do depósito votivo da Ria de Huelva) quando as influências orientalizantes começam a atingir a Europa e simultaneamente a mobilidade dos povos aumenta extraordinariamente.

Na verdade, a corrente de influências fortemente orientalizantes foi um fenómeno, que, de um modo desigual, atingiu e afectou todos os povos da bacia do Mediterrâneo, mesmo os Celtas, um pouco mais além, nos séculos VII e VI a. C., sofrendo transformações e adaptações diversas, assumindo formas e aspectos diferentes, de acordo com os sub-estratos sócio-culturais dos povos envolvidos. Este fenómeno revela ainda a atracção e o fascínio que a iconografia e a simbologia orientais sempre exerceram sobre esses povos, com as suas formas exuberantes, animais exóticos e religiões estranhas. Assim, começamos a vê-los reflectidos nos objectos de adorno, na introdução de novos rituais religiosos ou objectos de culto, nas novas formas de vida, que necessariamente se reflectem nos dados arqueológicos, confirmando a existência de extensos e complexos mecanismos de intercambio comercial e cultural dos povos nele envolvidos: Gregos, Fenícios, Cipriotas, Escitas, Trácios, Italianos e Ibéricos.

Este fenómeno não deverá portar ser considerado isoladamente, mas em correlação com outros fenómenos igualmente importantíssimos neste evoluir constante e acelerado da Humanidade, e que então se fazem sentir na bacia do Mediterrâneo e nas regiões imediatamente confinantes;

- a) o aparecimento de grande complexidade social e de hierarquização subsequente, surgindo, simultaneamente, elites cada vez mais poderosas e dominadoras;
- b) um movimento na distribuição das populações, que passa a concentrar-se em grandes centros urbanos;
- c) o ênfase posto no armamento de poderosos exércitos, formados essencialmente por mercenários e por corpos marciais altamente especializados e complexos;
- d) o estabelecimento de redes comerciais extensas e complexas, quer internas quer externas, geralmente apoiadas no desenvolvimento de uma marinha mercante e de guerra igualmente servida por barcos especializados e poderosos;

* Universidade do Algarve

e) a grande mobilidade de pessoas e de idéias, largamente apoiada pelo uso generalizado da escrita;

f) a troca de presentes entre as elites dominantes, simbolizando, ela também, o poder e a maneira de viver dos povos envolvidos, e que vem simultaneamente facultar o aparecimento de uma larga clientela de servos e dependentes em redor do senhor.

Este tempo de mudança virá, necessariamente, trazer também com ele profundas transformações nos povos nele envolvidos, na sua visão do mundo e da sociedade, nos seus conceitos religiosos e artísticos reflectindo a introdução de novos cultos religiosos, tal como nos sugerem Coe (1981) e Rappaport (1971), e de que são exemplo o culto a Amon (Boardman 1980; Júdice Gamito 1983), ou novos cultos introduzidos por grupos migrantes, de que são exemplo o culto de Hera (Strabo Geografia, III; Júdice Gamito 1983b e 1987) ou os de Ataegina e do Endovellico (Lambrino 1951, 1965; Tovar 1985, 1988; Encarnação 1985; Júdice Gamito 1986, 1988), e reflectindo-se também nos produtos e artefactos que aqui encontramos na sua cultura material.

Embora o conceito de «um povo/uma cultura» tenha sido há muito ultrapassado sendo a realidade arqueológica apenas um magro reflexo de culturas e povos passados, quando é possível determinar áreas de distribuição de artefactos coincidentes com as de outros atributos, e se essas realidades são confirmadas por referências históricas, poderemos pensar na possível associação das diversas variáveis, e sugerir estarmos na presença de um povo ou de povos mencionados pelos autores clássicos. Então a grande recompensa do investigador residirá precisamente nesse passo de descodificação do passado.

O centro e sul de Portugal penetram no limiar da História com uma complexa realidade sócio-cultural e económica, e um mosaico de diferentes povos que ora se unem ora se disputam como nos relatam os autores clássicos. A sua cultura material difere, e poderemos observar manchas de distribuições de objectos e monumentos, que secundados pela linguística, nos sugerem estarmos de facto em presença de identidades sócio-culturais específicas, de povos autónomos.

A sul de Portugal observa-se ainda a presença de duas incidências culturais predominantes: uma orientalizante, alastrando de sul para norte, outra oriunda da Europa central, e que penetrando pela Meseta e movendo-se, por assim dizer de leste para oeste, irá atingir também o sul e o centro de Portugal.

Serão estes aspectos que iremos analisar seguidamente, procurando atingir uma maior compreensão sobre a individualização, evolução e distribuição dos diferentes grupos étnicos e sócio-culturais que aqui se fixaram, focando, com especial atenção, os seguintes pontos:

1. Os povos peninsulares vistos pelos autores clássicos, em especial Heródoto, Avieno e Estrabão.
2. As áreas linguísticas.
3. A cultura material- sua diferenciação e áreas de distribuição.
4. Os cultos religiosos.

2. OS POVOS PENINSULARES E OS AUTORES CLASSICOS (HERÓDOTO, AVIENO E ESTRABÃO)

Este aspecto já foi brilhante e pormenorizadamente tratado nesta conferência pelo Prof. Jorge de Alarcão, pelo que me limitarei a fazer apenas algumas observações.

Heródoto, nasceu em Halicarnasso, na Cária, no primeiro quartel do século V. a. C., cerca de 484, tendo passado grande parte da sua vida em Samos onde certamente contactou com marinheiros e mercadores, que lhe contaram sobre as terras distantes que visitaram. Os seus relatos, procurando salientar os grandes feitos realizados pelos Gregos e preservar a memória do passado (Heródoto, I, 1), baseiam-se em factos e relatos do século VII a. C., muito anteriores, portanto, à sua época.

Tal como Snodgrass (1983, 144-146) e Fisher (1972) salientam, Heródoto era muito preciso nas regiões que conhecia, quer directa, quer indirectamente, através das diferentes fontes de informação de que dispunha, tal o caso da localização dos Celtas, dos Cynetos e dos Tartessos e Iberos na Península Ibérica. Assim, afirma:

«... Os Celtas habitam agora para lá das colunas de Hércules, sendo vizinhos dos Cynetos, os povos mais ocidentais da Europa habitada» (Heródoto, II, 33).

ou ainda:

«... pois o Ister atravessa toda a Europa, crescendo entre os Celtas, que, com excepção dos Cynetos, que são os povos mais ocidentais da Europa, e correndo portando livre através da Europa, prossegue pelas fronteiras dos Escitas...» (Heródoto, IV, 49).

Avieno nasceu no século IV d. C. e, provavelmente foi proconsul na Ásia e na Bética. Tal como ele próprio o afirma serviu-se de fontes muito anteriores à sua época: talvez o *Periplus*, o relato massaliota do século VI a. C., segundo Schulten (1932, 4-5) ou o de *Pytheas*, bastante mais tardio, do século IV a. C., segundo Koch (1979). O tratamento que Avieno dá aos povos peninsulares e à sua localização geográfica apresenta já uma diferença considerável em relação a Heródoto.

Nota-se que entre os Celtas ele distingue duas tribus mais importantes: os Cempsos e os Sefes, afirmando que, no seu movimento para oeste, os Celtas tinham provocado a deslocação de um outro povo igualmente migrante, os Ligúrios (Avieno, *Ora Mari*, 130-134). No entanto, é de salientar que, aparentemente, os Cynetos se mantinham na sua posição relativa aos Celtas e de povo mais ocidental da Península (Avieno, *Ora Mari*, 195-204), enquanto aqueles tinham penetrando até ao sul, chegando ao Oceano, mas distinguindo-se dos Tartessos, de que eram vizinhos (Avieno, *Ora Mari*, 255-259).

Estrabão, oriundo da Cária mas estabelecendo-se em Roma onde teve, possivelmente, acesso à biblioteca de Cassiodoro e nela aos escritos deixados por

Posseidonio e Polybio, portanto fontes do século IV a. C., escreve no século I a. C. focando com especial interesse a geografia dos diferentes povos, salientando a sua importância para o uso na política.

Foi assim possível sabermos sobre grande número de detalhes de geologia, geomorfologia, geografia e povos peninsulares (Estrabão, *Geog.*, III) notando-se já as diferenças entre os relatos das fontes onde se baseia e da sua própria época, como se pode ver nesta passagem:

«Ephorus, na sua descrição, faz a Céltica tão vasta que lhe junta a maior parte das outras regiões, incluída a de Gades, e que nós chamamos actualmente Ibéria; declara ainda que os povos são amigos dos Gregos, e especifica muitas coisas acerca deles que não estão de acordo com os factos verificados hoje». (Estrabão, *Geog.* III, 4-6).

De salientar, que entre os povos Celtas, Estrabão distingue os situados a norte do Tejo, os Lusitanos, dos outros situados a sul, considerando-os, no entanto, todos povos de origem Céltica, e neste ponto aproxima-se da tese defendida por Untermann (1962 e mais claramente em 1987) de que o Lusitano é uma língua de origem céltica, aspecto de que Tovar (1973) e também Schmidt (1976), não são tão categóricos, considerando antes o Lusitano como uma língua Indo-Europeia é certo, mas já constituída antes de chegar à Península Ibérica.

Notamos assim que a distribuição dos povos do sudoeste peninsular já apresenta uma individualização muito maior e que vários movimentos de povos se terão verificado entre o relato de Herodoto e o de Avieno, aspecto que é completado com o relato de Estrabão: assim os Celtas situavam-se por detrás e junto aos Cynetos, envolviam os Tartessos, surgindo junto à costa, a sul, em Gades, localizando-se numa faixa trapezoidal e transversal à área em questão, aspecto que a Arqueologia e a Linguística parecem confirmar.

Há aqui um aspecto que deve ser sublinhado: é a mobilidade indiscutível de todos os povos desta época, não só peninsulares como europeus. Se as teses difusionistas se excederam explicando todos os sinais de mudança com invasões e guerras violentas de e entre povos, não podemos deixar de considerar que de facto movimentações de povos se verificaram em todas as épocas da História humana, e certamente na Idade do Ferro, quando a domesticação do cavalo era um passo há muito conseguido, e as tecnologias de construção de carros de tracção e de passeio se encontravam extremamente desenvolvidas.

3. AREAS LINGUISTICAS

A Linguística confirma em parte este mosaico de povos apontado pelos autores clássicos. Assim, e nisso todos os linguistas são unânimes, dois grandes grupos de povos dividem a Península: a sul os povos propriamente Ibéricos, isto é, há muito ali instalados, e povos de origem Indo-Europeia, a maioria já céltica, instalados no Centro e no Norte. Entre estes Untermann nota apenas uma língua originária, da qual se distinguiram dois ramos: o Lusitano e o

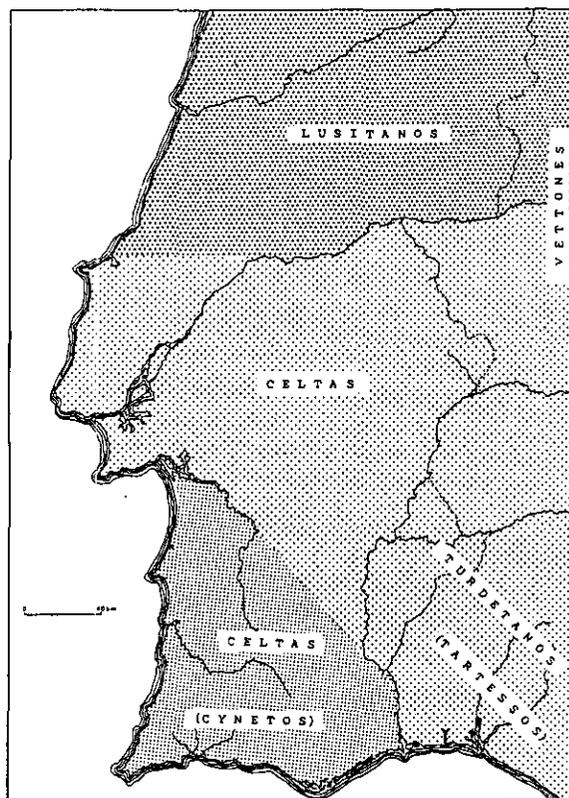


FIG. 1. Os povos do Sudoeste Peninsular e a sua provável localização.

Celtibérico, qual dois dialectos de uma mesma língua céltica (Untermann 1987); enquanto Tovar, praticamente toda a sua vida e também recentemente (1985, 1987), considera ter-se dado, há muito, uma separação entre duas línguas distintas dentro do Indo-Europeu, as que vieram constituir o Lusitano e o Celtibérico. Neste ponto de vista é secundado por Schmidt (1985).

Se considerarmos o recente mapa de Tovar sobre os povos e as línguas da Península Ibérica (Tovar 1987, 19) observamos a mancha sul constituída por povos de «origem local ou indígena» (Tovar 1987, 18) distintas dos «indo-europeizados» mais a norte, constituída pelos Lusitanos, vettones e oretanos. Este mapa difere apenas na extremidade sudoeste, da grande divisória linguística da Península sugerida nos seus topónimos e estudada por Untermann (em 1962 e também posteriormente) e também por Albertos (1973) e Faust (1975), que a inclui na área céltica, aspecto que recentes estudos efectuados por Correa (1987) parecem corroborar. À medida que caminhamos para norte as descrições dos autores clássicos escasseiam, bem como os documentos linguísticos, sendo estas zonas habitadas por povos mais primitivos e isolados, aspectos com que as duas posições linguístas concordam.

Parece, portanto, ter-se observado uma acentuada influência de estímulos mediterrânicos sobre os povos aqui há muito instalados, de sul para norte, e de uma corrente mais fortemente ligada à Europa Central, e de raiz céltica, no centro e norte, ao longo de todo o percurso que vai dos Pirineus, pelo centro da Península,

através dos planaltos da Meseta e que aparece já instalada e distinta nos séculos VII e VI a. C. (Júdice Gamito 1986, 1988; Tovar 1987) o que quer dizer, que no período de tempo correspondente a Hallstatt C e D, já povos Celtas se terão deslocado para a Península Ibérica e instalado no seu centro e sudoeste, e de que são testemunho influências diversas de índole Indo —Europeia que aqui se detectam. Nota-se também um acentuar de aspectos bélicos e disposições defensivas, que surgem subitamente: a construção de grandes povoados fortificados, as estelas funerárias de tipo «Extremadura», celebrando os guerreiros desaparecidos. Esta uma tese que vimos defendendo há muito, isto é, de que a época do Bronze Final/Ferro Inicial no Sudoeste peninsular possuía já, e predominantemente, uma cultura material forte dentro da influência da Europa Central e Atlântica, de matiz celta, sobre a qual, estímulos orientalizantes, especialmente da Grécia oriental, Cipriotas e Assírio-fenícios, se começam a fazer sentir aproximadamente a partir de 700 a. C. (Júdice Gamito 1988, 1989).

Este aspecto parece ser corroborado pelas recentes tentativas de decifração da língua do Sudoeste, usada nas célebres lápidas epigrafadas do Algarve e Baixo Alentejo, com exemplos ainda na zona do Guadalquivir e Extremadura espanhola (Correa 1987, 1989), pelas quais parece deduzir-se que a escrita foi aproveitada por povos ibéricos, possivelmente falando uma língua de origem céltica, e transmitida por um mestre ou mestres que dominavam o Fenício e o Grego. Acima do Tejo estendia-se o território dos Sefes, o dos Cempsos, designação que desaparece a partir do século II a. C., surgindo em seu lugar os Lusitanos, o que nos leva a pensar estarmos perante a evolução dos Sefes e dos Cempsos, povos que se teriam passado a designar por Lusitanos, ou estes seriam a designação genérica dada já em época romana aos povos que habitavam esta região. As inscrições encontradas, já em época romana, no seu território: Lamas de Moledo, Cabeço das Fráguas e Arroyo del Puerco, sugerem tratar-se de povos de origem céltica, como Untermann sempre tem sugerido (1987). Os povos do sul e centro peninsulares apresentavam, portanto, uma maior complexidade sócio-cultural e económica que se vai esbatendo para norte.

Estes são os aspectos dominantes que podemos também observar nos vestígios da cultura material detectada nas estações arqueológicas desta mesma área.

4. A CULTURA MATERIAL-SUA DIFERENCIAÇÃO E ÁREAS DE DISTRIBUIÇÃO

Enquanto no extremo Sudoeste vamos, indubitavelmente, encontrar os Cynetos, sempre referidos pelos autores clássicos como os povos mais antigos e situados no extremo ocidental do mundo então conhecido, e nisso todos estão de acordo: Herodoto, Estrabão, os arqueólogos e em parte os linguístas, a localização de povos Célticos mais a norte, já tem por vezes suscitado opiniões diversas (Kalb 1979). É, no entanto, a oriente que se observaram alterações mais

profundas. Tartessos parece desaparecer totalmente como entidade sócio-política, e em seu lugar surgem posteriormente os Turdetanos. Este facto, que Schulten considerou como verdadeiramente catastrófico (Schulten 1945) implicando a total destruição de Tartessos, poderá ter —se tratado apenas de um grande enfraquecimento económico, provocado por uma mudança radical na orientação do comércio e no esgotamento aparente das suas principais fontes de riqueza: os metais preciosos. Tartessos ter-se-ia assim reduzido à expressão mais simples do seu território, perdido a importância e a exclusividade do comércio externo, evoluindo para uma nova entidade sócio-política, a Turdetânia, tal como esquematicamente se sugere no modelo A, nas suas fases a, b, c, e, d. Este facto, não implica que não se tivesse observado a queda, essa sim, da sua elite dominadora (Júdice Gamito 1989).

Os Célticos parecem constituir-se em grandes grupos, relacionados entre si por laços culturais profundos e, principalmente, de parentesco, mas mantendo os seus traços distintivos, eles também reflectidos na sua cultura material. Assim se distinguem os Celtas propriamente ditos, ocupando uma vasta área equivalente a todo o Alentejo, e possivelmente parte da margem esquerda do Guadiana, até ao território dos Tartessos; os Vettones mais para interior na actual Extremadura espanhola, mas com possíveis ligações em actual território fronteiriço (Arnaud e Júdice Gamito 1977), estendendo-se até ao Douro; os Lusitanos ocupando as actuais províncias da Beira portuguesa. Esta mancha de povos célticos é também aquela que se tornará teatro das primeiras lutas das guerras peninsulares. E parece —me que este é um aspecto a salientar, porquanto revela o alto grau de consciencia política e social que então possuíam.

Estas áreas geográficas não são e não foram, espaços delimitados e estanques, mas flexíveis e interligados. Poderemos distinguir aqui áreas culturais específicas? Nas regiões ocupadas pelos diferentes grupos étnicos distinguimos alguns traços de individualização, quer na distribuição de alguns artefactos diagnóstico quer especialmente no campo religioso, nos cultos distintos aí detectados.

A análise destes artefactos diagnóstico e das suas áreas de distribuição, conduzem à caracterização de zonas específicas, já por nós sugeridas para o sul de Portugal (Júdice Gamito 1979, 1986, 1988), e que, caminhando de sul para norte, se poderão caracterizar do seguinte modo:

ZONA A: Zona compreendida pelo triângulo recto que tem como catetos a costa do Algarve e a costa Atlântica do sul de Portugal até Alcácer do Sal, e por hipotenusa, a linha que necessariamente une os dois pontos extremos destes dois lados. Esta é a zona de maior intensidade na distribuição das lápides epigrafadas com a chamada escrita do Sudoeste ou Tartésica. Também nesta zona tinha predominado no Bronze Final as estelas tipo «alentejano» com as armas gravadas e a cerâmica brunida de caneluras, e efeitos afins, bem como as taças tipo «Atalaia» (Schubart 1975), e *não* as de retícula brunida, e onde se distinguem, posteriormente, a par de uma tradição de vasos de cerâmica autóctone, a importação de objectos nitidamente mediterrânicos, como os escara-

velhos egípcios de Naucratis e as primeiras ânforas gregas ((Dias et al. 1970; Beirão e Gomes 1981). De salientar ainda o uso, pela elite dominante, de carros ligeiros de prestígio, como observamos nas suas necrópoles, principalmente na de Alcácer do Sal (Schule 1969; Júdice Gamito 1986, 1988). Se as necrópoles desta zona, com as suas características próprias, caíram em desuso a partir do século IV/III a. C., como a evidência arqueológica sugere (Dias et al. 1970; Beirão e Gomes 1981), isso não quer dizer que se tenha dado um corte sócio-cultural na zona e nessa época, uma vez que nos povoados com uma sequência estratigráfica maior, nomeadamente Segóvia, Baldio, Vaiamonte, Azougada, isso não se verifica. Poderá ter-se observado uma transformação nos padrões, objectivos económicos e influências culturais, mas um hiato absoluto e radical julgo ser de refutar.

ZONA B. Abrangendo uma vasta zona, predominantemente interior, sob a forma de um vasto trapézio que se estende desde as desembocaduras do Tejo e do Sado, incluindo a península de Lisboa, até ao Guadalquivir. Esta é a zona que se caracterizou durante o Bronze Final/Ferro inicial por ser a área de maior intensidade na distribuição das cerâmicas de retícula brunida, dos torques de ouro com decoração incisa e cujos desenhos seguem, precisamente, os mesmos padrões geométricos que encontramos naquelas cerâmicas, e onde posteriormente vamos também encontrar as primeiras cerâmicas com decoração em padrões geométricos tanto incisa como estampilhada, que se filiam nas influências de Hallstatt D e La Tène inicial. Observam-se necessariamente diferenças sub-regionais que talvez correspondam às localizações de grupos de povos célticos suficientemente individualizados. Podemos assim e ainda subdividir esta região em sub-zonas, tentando apresentar seguidamente a sua caracterização: Sub-zona B1; Sub-zona B2; Sub-zona B3.

Sub-zona B1: Abrange toda a região do couro mineiro de Rio-Tinto até Huelva, com limites indefinidos a oriente, mas atingido a Serra Morena, a ocidente a margem esquerda do Guadiana, e a norte possivelmente passando pelo leito do rio Ardila. Zona que se caracterizou como centro comercial e industrial importantíssimo para a época, dominando os contactos e a interacção sócio-cultural intensa com o Mediterrâneo oriental na sua fase inicial, isto é, até cerca de 500 a. C. Este seu traço cultural característico tornou-se predominante sobre o substrato indígena e celtizado que já observamos nitidamente em Rio Tinto, o seu centro mineiro mais importante, especialmente no Cerro Salomon e no povoado do Carambolo (Blanco Freijeiro 1962; Carriazo 1973). O centro de actividades e possivelmente de residência da elite dominante ter-se-ia deslocado para Huelva, por volta do século VII/VI B.C., por esta cidade se encontrar junto à costa, e portanto apresentar maiores facilidades para a carga e descarga dos produtos comercializados. É a região nuclear de Tartessos. Entre 500 e 400 a. C. a crise económica e possivelmente também social de Tartessos terá sido tão grande, que perdeu a importância adquirida e a exclusividade do comércio mediterrânico. Manteve, no entanto, o prestígio antigo sempre lembrado, e deteve o mesmo tipo de

cultura ibérica que encontramos nos pequenos reinos ibéricos da zona do Guadalquivir.

A cultura material caracteriza-se, na sua fase do Bronze Final/Ferro inicial, pelo prodomínio de cerâmicas finas de retícula brunida, tipo Guadalquivir, e de cerâmicas grosseiras com decoração em cordões de dedadas ou incisões, que encontramos em toda a Zona B. Juntamente a estas cerâmicas começam a aparecer as primeiras importações de vasos de cerâmica grega de prestígio, como a encontrada em Huelva (Fernandez Jurado 1984; Olmos 1982), as primeiras importações de «barniz rojo», logo seguidas das respectivas cópias indígenas, e influências orientalizantes nas jóias de tipo orientalizante como as do Carambolo, e nos objectos de adorno e de ritual como os jarros e brazeiros da necrópole de La Jóia. Nota-se ainda que objectos de prestígio se passam a encontrar com frequência ao longo das estradas do interior até às zonas ricas em minérios, surgindo assim junto à via, mais tarde designada por «Caminho da Prata», como vemos em La Martela e Aliseda, chegando a Mérida e Medellin.

Sub-zona B2: Esta zona abrange toda a região imediatamente a norte e ocidente, constituída essencialmente pelos povos denominados célticos. É limitada a ocidente pelo território dos Cynetos, que em determinado momento irá também absorver (como vimos na Linguística) e observamos na estratigrafia de Ossonoba (Faro) e estender-se até ao Atlântico, atingindo a noroeste a desembocadura do Sado, sendo limitada a norte pelo Tejo e Serra da Gata, a oriente pelos territórios dos Vettones e Oretanos, constituindo a continuação natural da cintura pirítica de Península Ibérica. É uma zona rica em aluviões de estanho e de ouro e de minas de cobre, ferro e prata.

A cultura material destes povos caracteriza-se no período do Bronze Final/Ferro inicial por reflectir de facto um acentuado ambiente céltico, com cerâmicas de retícula brunida de influência mista: as da Estremadura portuguesa e da bacia do Guadalquivir, pela introdução das primeiras cerâmicas estampilhadas de largas matrizes rectangulares, como as encontradas nos castros de Vaiamonte e de Segóvia (Arnaud e Júdice Gamito 1977; Júdice Gamito 1979, 1983) logo seguidas de cerâmicas brunidas acinzentadas, por vezes com estampilhado fino tipo La Tène. É ainda a zona onde se concentram as estelas funerárias de tipo «Extremadura» com os seus escudos com entalhe em V e pequenas importações de Kylices gregos, como o de Medellin (Almagro Gorbea 1977) ou os mais antigos de Azougada, que começando a importar taças gregas no final do século VI, continua no V, mas principalmente no IV (Júdice Gamito 1990). Observam-se ainda influências orientalizantes reflectidas nas jóias de fabrico local como as de Aliseda, nas jóias encontradas no povoado de La Martela (Enriquez Navasqués (1988), no tesouro do Gaio (Costa 1966), e nos braceletes de Grandola, bem como nos jarros e brazeiros rituais (Garcia y Bellido 1960, Júdice Gamito no prelo). Este carácter simultaneamente orientalizante e celtizante mantem-se, como vemos nos horizontes mais recentes dos povoados da zona, como é o caso dos povoados de Neves Corvo (García Pereira 1987).

Sub-zona B3: Esta zona, estendendo-se mais para ocidente, ocuparia a península de Lisboa até à zona de S. Martinho e dos castros do Outeiro da Assenta, e de Pragança a norte, a ocidente as zonas de Santarém e Alpiarça, a sul a margem esquerda do Tejo até à sua desembocadura, incluindo a península da Arrábida. Trata-se de uma região de transição, onde importações orientais se verificam apenas nas zonas portuárias, mais importantes, mas onde são relativamente escassas.

A cultura material caracteriza-se pelos seus aspectos predominantemente Atlânticos e Europeus. À cerâmica de retícula brunida do Bronze Final/Ferro Inicial de tipo Estremadura, associam-se cerâmicas de decoração incisa de tipo hallstattático como as que encontramos em Alpiarça, no castro de Pragança e na Lapa do Fumo. Os torques de ouro mais antigos apresentam igualmente a característica decoração incisa de tipo geométrico semelhante à da cerâmica brunida, enquanto que as lunulae mais modernas apresentam uma decoração em fino pontilhado e pequenas estampilhas de tipo La Tène inicial como as que encontramos também nas cerâmicas com decoração estampilhada.

ZONA C: Estendendo-se numa vasta faixa a norte do Tejo, na região hoje ocupada pelas províncias portuguesas da Beira Baixa, Beira Alta e Beira Litoral apresenta um carácter predominantemente atlântico e celtizante. Talvez inicialmente constituída por povos como os Sefes, os Cempsos e os Egitanos, julgo que serão, eles ainda, aqueles que foram reconhecidos mais tarde, em época Romana, e designados por Lusitanos, quer devido à sua própria evolução, quer porque a distinção entre eles não fosse tão elevada que permitisse a sua individualização.

A sua cultura material é essencialmente atlântica e celtizante como referimos, com excepção de Santa Olaia, que nos aparece como um ponto isolado e importante de importações orientalizantes nesta zona, talvez se justificando esta situação por se ter tornado no porto de escoamento das riquezas mineiras dos Lusitanos. Não podemos esquecer as explorações auríferas das encostas do Alba e do Mondego, nem a riqueza em estanho das áreas imediatamente interiores. Conimbriga, já uma urbe importante na Idade do Ferro, apresenta as mesmas características celtizantes, na sua cultura material, como atrás mencionei na caracterização desta área. No entanto, mesmo assim apresenta raras importações mediterrânicas (Alarcão et al. 1979, 249-250). De salientar ainda tratar-se de uma zona onde ainda se detectam estelas de tipo funerário da «Extremadura», de distribuição de cerâmicas estampilhadas, de fíbulas e vasos de prata de tipo La Tène e características da Meseta, como as fíbulas de cavalinho, e onde predominam as esculturas zoomórficas características da chamada «cultura dos berrões».

Os outros grandes grupos de povos célticos da Península são os Vettones e os Vaccaeos, que, juntamente com os Palendones e os Berones se situam nesse caminho de penetração de influências da Europa Central que referi atrás, e que constituirão mais tarde as grandes uniões dos povos peninsulares contra o domínio Romano. Nessas grandes movimen-

tações de povos que foram originadas pelas Guerras Púnicas e pelas Guerras Peninsulares é possível que parte daqueles povos se tivesse refugiado mais para Ocidente atingindo a Lusitânia. Os laços tribais e de parentesco, tão fortes entre eles, são também uma das suas características sociais mais acentuadas. Aspecto que não devemos esquecer, se quisermos alcançar uma maior compreensão sobre a Paleoeologia da Península Ibérica.

5. CULTOS RELIGIOSOS

A análise dos cultos religiosos detectados nestas três grandes zonas levam-nos a estabelecer igualmente ligeiras distinções entre elas:

Zona A: Nota-se o predomínio de obscuros cultos indígenas que ainda prevalecem em época romana, como o do Promontório de Sagres e outros de importação mediterrânica como o culto de Hera e Hércules detectados nos túmulos dos heróis das necrópoles do Sudoeste (Júdice Gamito 1986, 1987) e no próprio promontório de Sagres (Leite de Vasconcelos 1905; Encarnação 1985, Blazquez 1975 e 1977), acentuando, juntamente com a introdução da escrita, as influências do Mediterrâneo oriental.

Zonas B e C: É uma zona muito mais complexa, sendo as divindades célticas as dominantes, mas ligeiramente variáveis segundo a respectiva sub-zona.

Assim, notamos aqui cultos celebrados no Cerro Solomão (rio Tinto) a divindades representadas com cornos, comparáveis a representações de divindades célticas como a de Waldalgesheim (Ross 1974, 179) ou a de Pfalzfeld (Cunliffe 1979, 27), e possivelmente relacionados com o culto de Cernunos. Entre os animais mais venerados encontram-se o touro, representado nos pequenos bronzes, tais como no thymiatèrion da Safára, no selo de Azougada, no touro da Bib. Nacional, touro de Sagres, ou nos monumentos funerários ibéricos (Chapa 1986; Almagro Gorbea 1983); o veado, representado nos vasos rituais de Huelva e de Mérida, no thymiatèrion de Cástulo, na corsa do British Museum, e em outros pequenos bronzes votivos, e o javali, representado no bronze de Sagres, nos monumentos funerários da célebre «Cultura dos Berrões» do Nordeste de Portugal (Santos Junior 1975) e que encontramos já a norte do Tejo, na Zona C por nós assinalada. Todos estes animais pertencem à iconografia celta, relacionando-se com a vida do além e com o próprio Cernunos, deus e senhor do mundo dos vivos e do mundo dos mortos.

Além destas representações concretas relacionadas com cultos e rituais célticos, ainda se detectam nestas zonas, o culto a determinadas divindades de carácter céltico como Ataegina e Endovellico, cultos localizados principalmente a sul do Tejo, com numerosas aras e inscrições votivas, e ainda à Deusa Mãe e a Trebaruna a norte do Tejo, também com algumas aras e inscrições votivas.

Observamos assim que às entidades étnicas referidas pelos autores clássicos correspondem idênticas individualizações na organização política, social e religiosa, secundadas pelos aspectos linguísticos e por igual especificidade na sua cultura material.

6. CONCLUSÕES

A evidência arqueológica, os relatos dos autores clássicos e a própria informação linguística permitem-nos sugerir um modelo explicativo para a evolução destes grupos sociais e dos seus possíveis mecanismos e razões de comportamento.

A partir do primeiro milénio a. C. a Região em estudo parece ter sido o palco de grande desenvolvimento económico, evolução e movimentação de povos, o que certamente terá contribuído para o seu-subsequente desenvolvimento, complexidade e organização social, consciência dos valores económicos que urgia defender e preservar, bem como a introdução de influências diversas, europeias e mediterrânicas, e um abrandamento das influências atlânticas.

Esta tomada de consciência dos valores económicos disponíveis e da necessidade da sua conservação e

defesa, parecem estar na génese de todo este processo evolutivo durante o primeiro quartel. do milénio, contribuindo para que as diferentes organizações sociais aqui estabelecidas crescessem em complexidade e se observasse uma crescente dificuldade no acesso e distribuição de riquezas. A partir de 750 a. C. passamos a estar perante um processo acelerado de todo este mecanismo, enquanto as elites dominantes procuram manter um equilíbrio do poder, o que foi fácil enquanto os povos do Mediterrâneo Oriental se mantiveram consignados nas suas áreas e o intercâmbio económico e social se cingia a essa região, ou a esporádicas incursões comerciais quer no Mediterrâneo quer no Atlântico. A evolução dos povos peninsulares seguiu então uma fase equilibrada, observando-se uma acentuada acumulação de riqueza.

Logo que a procura das matérias primas essenciais às sociedades do Mediterrâneo Oriental se intensificou

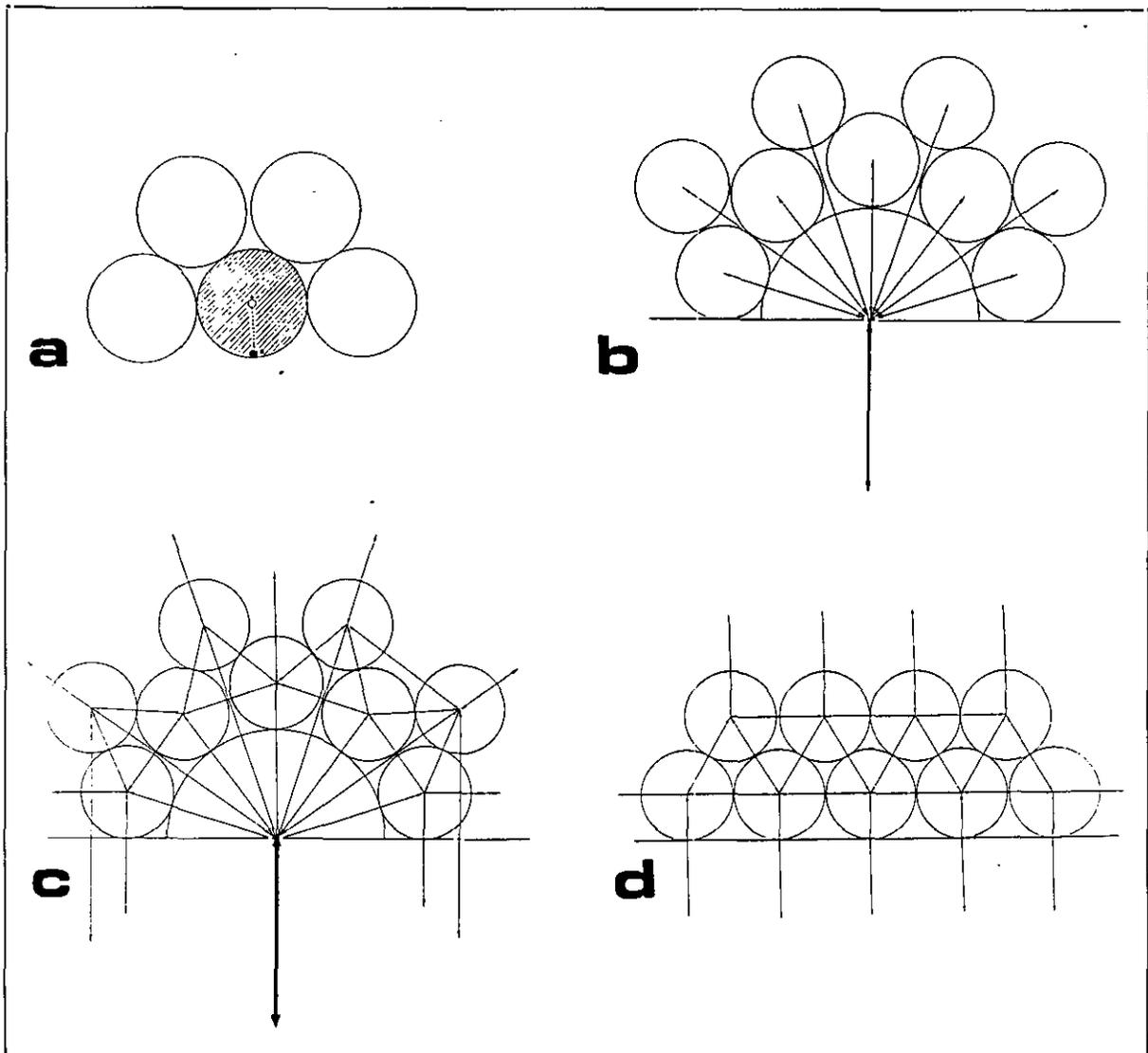


FIG. 2. A expressão gráfica do modelo proposto: a) Tartessos na sua fase inicial, séculos VII/VI a.C.; b) O desenvolvimento sócio-económico e cultural de Tartessos e sua posição de lugar central, séculos VI/V; c) O desenvolvimento das diferentes entidades sócio-políticas dominantes na periferia de Tartessos, séculos V/IV; d) A proliferação dos pequenos reinos ibéricos a partir do século IV a.C.

e se deu simultaneamente uma modificação e dificuldade profundas no acesso a essas matérias primas consequente da expansão do domínio dos Assírios no Médio Oriente, tanto os Gregos como os Fenícios, se sentiram na necessidade de procurarem outras fontes de abastecimento.

Tartessos era então a única potência do Mediterrâneo que dispunha de metais preciosos para troca imediata, e em tão grande abundância e qualidade que se tornou no pasmo das sociedades suas contemporâneas. A corrida ao novo mercado não se fez esperar. Inicialmente com todo o maneirismo e cerimonial de embaixadas e trocas de presentes que veremos expresso em Herodoto, Estrabão, e Justino, e reflectidas na evidência arqueológica aqui detectada: os vasos gregos, e outros objectos de luxo, no Ocidente; marfins e armas ibéricas nos templos da Grécia, a Oriente. Esta fase foi logo seguida de uma pressão contínua sobre os fornecedores, que eram simultaneamente produtores. Aspecto que vemos generalizado em todos os povoados da época. Daí o desenvolvimento acelerado do comércio interno no Sudoeste peninsular e da troca de presentes valiosos para uma mais rápida aceitação das propostas comerciais apresentadas. Nota-se ainda a criação de portos comerciais, que simultaneamente desempenhavam a função de centros sociais e de centralização do poder, de verdadeiros «lugares centrais». Essa deveria ter sido a situação de Huelva entre 700 e 600/500 a. C.

Quer pelo facto de a natureza geológica destas reservas de Tartessos serem frágeis e efémeras perante o sistema de extracção usado — o aproveitamento dos *gossans*, como aparece até claramente descrita em Estrabão (Geog., III, 2.8)— quer porque as pressões socio-económicas e o próprio desenvolvimento interno dos diferentes sub-grupos situados na sua periferia

exigissem um refazer de toda a organização sócio-económica, processo que a elite dominadora de Tartessos não conseguiu controlar, nota-se a partir do século V a. C. um nítido desvio das rotas comerciais e o desenvolvimento das zonas periféricas de Tartessos. Este, possivelmente não desaparecendo de modo «catastrófico», altera-se profundamente, passando a designar-se por Turdetânia. Esta nova entidade, muito embora possuindo ainda notáveis riquezas e gozando de um passado esplendoroso e cheio de prestígio, como vemos expresso em Estrabão (Geografia, III, 2), já não é o poderoso reino de Tartessos referido na Antiguidade.

Atingiu-se assim um certo equilíbrio sócio-económico em toda a área, sem o grande predomínio de qualquer dos pequenos reinos ibéricos, mas todos detentores de um certo bem-estar, reflectido na sua cultura material: importações de cerâmicas finas de origem grega, de anforas de vinho, de vidros e essências, e certamente de tecidos exóticos.

A partir de 300 a. C. todo o sul e centro da Península é afetado pelas guerras Púnicas, quer directamente por se encontrarem na passagem dos exércitos e contentas, ou pelo recrutamento de mercenários, quer indirectamente pela perturbação económica e social que aquelas guerras necessariamente trouxeram a essas zonas da Península. Deverá ter sido então que novas migrações do sul se dirigiram para o norte, e que vemos reflectidas na cultura castreja. Todavia, a organização social e étnica dos diferentes grupos manteve-se, como vemos, reflectida nas uniões estabelecidas entre os povos peninsulares durante as Guerras dos Lusitanos, de Numancia e de Sertório, e mencionadas nos geógrafos e escritores romanos.

Faro, novembro de 1989

BIBLIOGRAFIA

- J. Alarção 1988. *O Domínio Romano em Portugal*, Lisboa, Europa, América.
- J. Alarção e R. Etienne 1979. *Fouilles de Conimbriga*, v. VII, Paris, Bocard.
- M. L. Albertos 1973. *Lenguas primitivas de la Iberia*, (*Boletín Sancho el Sabio*, XVII), 23-39.
- M. Almagro Gorbea 1977. *El Bronce Final y el Periodo Orientalizante en Extremadura*, (*Bib. Prehist. Hisp.*), Madrid.
- M. Almagro Gorbea 1983. Paisaje y sociedad en las necrópolis ibéricas y su interpretación sociocultural, *Cong. Nac. Arqueología*, Zaragoza, 725-740.
- J. Arnaud e T. Júdice Gamito 1977. Cerâmicas estampilhadas da Idade do Ferro no Sul de Portugal-I, *O Arqueólogo Português*, s. III, v. VII, Lisboa, 165-202.
- C. M. Beirão e M. V. Gomes 1981. A Idade do Ferro no sul de Portugal, epigrafia e cultura, *Catálogo da exposição do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia*, Lisboa.
- A. Blanco Freijeiro 1962. Antiguidades de Rio Tinto, *Zephyrus*, VI, 41-60.
- J. M. Blázquez 1975. *Tartessos y las origines de la Colonización Fenicia en Occidente*, Univ. de Salamanca.
- J. M. Blázquez 1977. *Imagen y Mito*, Madrid.
- J. Boardman 1980. *The Greeks overseas*, London.
- P. Bosch Gimpera 1974. *Paletnologia de la Península Iberica*, Graz Ak. Press, Verlagsanstalt.
- J. Caro Baroja 1946. *Los Pueblos d'España*, Barcelona.
- J. M. Carriazo 1973. *Tartessos y el Carambolo*, Madrid, D. G. Belas Artes.
- T. Chapa 1986. *Influjos Griegos en la escultura zoomorfa ibérica*, Madrid, CSIC, *Série Arqueologia 2*.
- M. D. Coe 1981. Religion and the rise of Mesoamerican states, *The transition to statehood in the Newworld*, ed. G. D. Jones and D. R. Krautz. Camb. Univ. Press, 151-171.
- J. A. Correa 1987. El signário tartesio, *IV Col. Int. Leng. y Cult. Prerromanas*, Vitoria, 275-284.
- J. A. Correa 1989. Notas a las inscripciones en escritura tartésica, *V Col. Int. Leng. y Cult. Paleohispanicas*, Köhl, no prelo.

- J. M. Costa 1966. O tesouro fenício ou cartaginés do Gaio, *Ethnos*, Lisboa, 529-537.
- B. Cunliffe 1979. *The Celtic World*, Jugoslavia, Mac Grawhill.
- M. A. Dias, L. Coelho e C. M. Beirão. Duas necrópoles do Baixo Alentejo, *O Arqueólogo Português*, III Série, Lisboa, 175-219.
- J. d'Encarnação 1985. *Divindades Indígenas de Portugal*, Lisboa.
- J. J. Enrique Navascués e A. Rodríguez Díaz 1988. Campaña de urgencia en la Sierra de la Martela, *Extremadura Arqueológica*, 1, Badajoz, 113.
- M. Faust 1975. Die Kelten auf der Iberischen Halbinsel. *Madriider Mitteilungen*, 16, Mainz, 195-207.
- J. Fernández Jurado 1984. *La presencia griega arcaica en Huelva*, (Mon. Arq.), Huelva.
- F. Fisher 1972. Die Kelten bei Herodotus. *Madriider Mitteilungen*, 13, Mainz, 109-124.
- E. Gabba 1983. Literatura, *Sources for ancient history*, ed. M. Crawford, Camb. Univ. Press, 1-79.
- A. García y Bellido 1960. Inventario de los jarros Púnico-Tartessicos, *Arch. Esp. Arq.*, XXXIII, 44-63.
- M. A. García Pereira 1987. Dois Lanakes da Idade do Ferro do Sul de Portugal, *IV Col. Int. Leng. y Cult. Paleohispánicas*, Vitória, 223-242.
- J. P. Garrido Roiz e E. Orta García 1978. *Excavaciones en la necrópolis de la Joya*, E.A.E., Madrid
- T. Júdice Gamito 1982. A Idade do Ferro no Sul de Portugal problemas e perspectivas, *Arqueologia*, 6, Dez., Porto, 65-78.
- T. Júdice Gamito 1983. A cabeça de carneiro da colecção de A. Júdice, *O Arqueólogo Português*, s. IV, 1, Lisboa, 301-314.
- T. Júdice Gamito 1986. *Social complexity in Southwest Iberia aspects of evolution and interaction (Tese de Doutoramento)*, Dep. Arq. Universidade de Cambridge.
- T. Júdice Gamito 1986b. Os espetos de bronze do Sudoeste Peninsular, contribuição para a sua interpretação sócio-ideológica, *Conimbriga*, XXV, Inst. Arq. Univ. Coimbra, 23-39.
- T. Júdice Gamito 1987. Os obeloi de bronze do Sudoeste Peninsular, contribuição para a sua interpretação sócio-ideológica, *Cong. Nac. Hist. Antiga*, Santiago de Compostela, 1, 329-339.
- T. Júdice Gamito 1988. *Social complexity in Southwest Iberia, The case of Tartessos*, B.A.R. Oxford,
- T. Júdice Gamito 1989. The internal and external dynamics of the development and collapse of Tartessos, *V Col. Int. Leng. y Cult. Prerromanas*, Köhln, no prelo.
- T. Júdice Gamito 1990. Greenks and Phoenicians in Southwest Iberia, who were the first?, *The Hellenic Diaspora*, Montreal, McGill University, no prelo.
- Ph. Kalb 1979. Die Kelten in Portugal, *II Col. Int. Leng. y Cult. Paleohispanicas*, Salamanca, 209-223.
- Ph. Kalb 1989. Zum Keltenbegriff in der Archäologie der iberischen Halbinsel, *V Col. Int. Leng. y Cult. Paleohispanicas*, Köhln, no prelo.
- M. Koch 1979. Die Keltiberien und ihr historischer Kontext, *II Col. Int. Leng. y Cult. Paleohispanicas*, Salamanca, 387-419
- S. Lambrino 1951. Le Dieu Lusitanien Endovellicus, *Bull. Et. Portugaises*, Lisboa, 93-147.
- S. Lambrino 1965. Les cultes indigènes en Espagne sous Trajan et Hadrien, *Les Impereurs Romains d'Espagne*, Col. Int. Madrid, 1964, Paris, 223-242.
- J. Leite de Vasconcellos 1905. *Religiões da Lusitania*, II, Lisboa, Imp. Nac.
- A. A. Mendes Correia 1933. Valencianos e Portugueses, *Revista Guimarães, Homenagem a Martins Sarmiento*. Guimarães, 242-256.
- J. N. Maluquer de Motes 1954. Los Pueblos y las Tribunas Celtas de España, *História d'España*, ed. Menéndez Pidal, v. I. Madrid, Espasa Calpe, 5-39.
- R. Olmos 1982. La cerámica griega en el sur de la Península Ibérica. Etat de la question, *La Parola del Passato*, Rev. St. Antichi, Nápoles, 393-406.
- R. A. Rappaport 1971. The sacred in human evolution, *Annual Review of Ecology and Systematics*, 2, 23-44.
- A. Ross 1974. *Pagan Celtic Britain*. London, Cardinal.
- A. Santos Junios 1975. A Cultura dos Berrões no Nordeste de Portugal, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Porto, Inst. Antr. «Dr. Mendes Corrêa», 353-518 e 53 estampas.
- K. H. Schmidt 1976. Probleme der Keltiberischen, *II Col. Int. Leng. Cult. Paleohispánicas*. Salamanca, 101-115.
- K. H. Schmidt 1986. History and Culture of the Celts, *Geschichte und Kuktur der Kelten*, K. H. Schmidt e R. Köddeitzsch eds., Karl Winter Univ. Verlag.
- H. Schubart 1975. *Die Kultur der Bronzezeit im Südwest der iberischen Halbinsel (Mad. Forschungen)*, Berlin.
- W. Schüle 1969. *Die Meseta Kulturen der iberischen Halbinsel (Mad. Forschungen)*, Berlin, W. de Gruytec.
- A. Schulten 1932. *Tartessos*, Madrid.
- A. Snodgrass 1983. Archaeology, *Sources for ancient History*, ed. M. Crawford, Camb. Univ. Press. 137-184.
- A. Tovar 1973. Etnia y lengua en la Galicia antigua: el problema del celtivismo, *Estudos de Cult. Castrexa e Hist. Ant.*, Univ. de Compostela, 247-282.
- A. Tovar 1985. Pub. 1987. Lenguas y pueblos de la Antigua Hispania: lo que sabemos de nuestros antepasados protohistóricos, *IV Col. Int. Leng. y Cult. Paleohispánicas*, Vitória, 15-34.
- J. Untermann 1962. Areas e movimentos linguísticos na Hispania pre-Romana, *Rev. Guimarães*, LXXII, 5-61.
- J. Untermann 1987. Lusitanisch, Keltiberischen, Kelten, *IV. Col. Int. Leng. y Cult. Paleohispanicas*, Vitória, 57-76.

